MENSAGEM Nº 385/2020

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MARCEL FORTUNA BIATO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Os méritos do Senhor **MARCEL FORTUNA BIATO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de julho de 2020.

EM nº 00099/2020 MRE

Brasília, 30 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCEL FORTUNA BIATO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Irlanda.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCEL FORTUNA BIATO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 381/2020/SG/PR

Brasília, 9 de julho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCEL FORTUNA BIATO*
CPF.: 186.157.241-72
ID.: 7557 MRE

1958	Filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato, nasce em 17 de novembro, em Buenos Aires, Argentina (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1980	CPCD - IRBr
1988	CAD - IRBr
1990	Mestrado em Sociologia Política pela London School of Economics, Londres/UK
2001	CAE - IRBr, O Processo de Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias
Cargos:	
1981	Terceiro-Secretário
1984	Segundo-Secretário
1991	Primeiro-Secretário, por merecimento
1997	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1981-87	Divisão da América Meridional-I, assistente
1987-89	Embaixada em Londres, Segundo-Secretário
1990-97	Embaixada em Berlim Oriental, Segundo-Secretário em missão transitória
1990-94	Consulado-Geral em Berlim, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1994-95	Departamento das Américas, assessor
1995-97	Divisão da América Meridional II, assessor
1997-99	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
1999-03	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
2003-06	Presidência da República, Assessoria Especial, Conselheiro
2006-07	Embaixada em Havana em missão transitória (6 meses)
2007-10	Presidência da República, Assessoria Especial, Chefe
2010	Presidência da Delegação brasileira à Conferência de Revisão do Estatuto de Roma/Tribunal Penal Internacional, em Campala, Uganda
2010-13	Embaixada em La Paz, Embaixador
2013-15	SERE
2015-16	Secretaria-Geral do Serviço Exterior
2016	Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, Representante Permanente
Condecorações:	
1995	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
1996	Ordem da Palma, Suriname, Oficial
1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

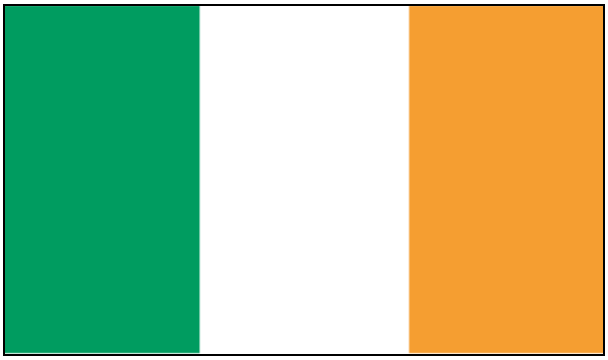
Publicações:

1996	O Conflito Peru-Equador, in Parcerias Estratégicas, Brasília
2001	O Brasil e o Tribunal Penal Internacional, in Política Externa, FUNAG, Brasília
2007	Qué está Brasil haciendo por la gobernabilidad global?, in Nueva Sociedad n. 210, Buenos Aires
2008	Shaping global governance: a Brazilian perspective. Migration and Development. Global Governance. Studia Diplomatica – The Brussels Journal of International Relations, v. LXI/2
2009	La Política Exterior do Brasil: ¿Integrar o despegar? Política Exterior, v. 131
2009	Going global or going democratic? The Globalist
2010	La apuesta de Brasil por el comercio Sur-Sur. Comercio Exterior, v.52
2010	Can Brazil play a significant role in containing Iran's nuclear ambitions?. America's Quarterly
2011	Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica (com Nivalde de Castro). GESEL. TDSE 32
2011	Políticas nucleares y regímenes de no proliferación. Las Relaciones Triangulares Estados Unidos, Unión Europea y América Latina. Pensamiento Iberoamericano. V.8
2012	Brasil en la cooperación regional para la lucha contra La violência y el crimen organizado. Revista CIDOB d'afers internacionais
2014	Brasil, um país em protesta y transformación. Política Exterior, v.160
2014	O Tribunal Penal Internacional e a Cooperação. Anuário Brasileiro de Direito Internacional. Centro de Direito Internacional (CEDIN)
2016	The Ecuador-Peru Peace Process. Revista Contexto Internacional

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA I (DE-I)

IRLANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Maio de 2020

NOME OFICIAL:	Irlanda
GENTÍLICO:	Irlandês
CAPITAL:	Dublin
ÁREA:	70.273 km^2
POPULAÇÃO:	4,92 milhões (abril de 2019)
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês e irlandês (gaélico)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica Romana (78,3%), Cristã Irlandesa (2,8%), Cristã Ortodoxa (1,3%), Muçulmana (1,3%), Presbiteriana (0,5%), outras religiões (3,2%), não declarado (2,6%) nenhuma (9,8%) (censo de 2016)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: Senado (*Seanad Éireann*) e Câmara Baixa (*Dáil Éireann*). Parlamento bicameral, composto respectivamente por 60 e 160 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Michael D. Higgins (desde outubro de 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Leo Varadkar (desde junho de 2017)
CHANCELER:	Simon Coveney (desde junho de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US$ 382 bilhões (2018) FMI
PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US$ 389 bilhões (2018) FMI
PIB *PER CAPITA* (2018):	US$ 80.641 (2018) FMI 5º de 187 (FMI) e 6º de 175 (Banco Mundial)
PIB PPP *PER CAPITA* (2018):	US$ 79.925 (2018) FMI
VARIAÇÃO DO PIB:	25% (2015) 4.9% (2016) 7.2% (2017) 4.7% (2018) 5,5% (2019) FMI
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2018):	0,938 (4ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	80,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (2019):	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	4,8% (*Central Statistic Office* - CSO)
UNIDADE MONETÀRIA:	Euro (€)

EMBAIXADOR EM BRASÌLIA:	Sr. Seán Hoy
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 18 mil brasileiros residentes na Irlanda

DADOS BÁSICOS

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	**1.055,4**	**1.234,6**	**945,3**	**906,2**	**683,7**	**825,0**	**1,041,4**	**774,0**
Exportações	357,7	610,8	332,3	383,4	216,8	324,0	455,3	250,3
Importações	697,7	623,8	613,0	522,8	466,9	501,0	586,1	523,7
Saldo	-340,0	-13,0	-280,8	-139,4	-250,2	-177,0	-130,8	-273,5

Fonte: MECON. Valores em US$ milhões FOB.

PERFIL BIOGRÁFICO

MICHAEL HIGGINS
Presidente

Michael Higgins nasceu em 18 de abril de 1941, em Limerick, região central da Irlanda. Graduou-se em Sociologia pela Universidade Católica de Galway (UCG), onde atuou inicialmente como vice-auditor da Sociedade de Literatura e Debate da faculdade, em 1963-1964, e depois auditor no ano acadêmico de 1964-1965. Entre em 1964-1965 foi Presidente da União dos Estudantes da UCG. Em 1967, Higgins tornou-se Mestre em Sociologia na Indiana University Bloomington, após breve passagem pela Universidade de Manchester. Em sua carreira acadêmica, Higgins foi professor titular do Departamento de Ciência Política e Sociologia da UCG e professor visitante da Southern Illinois University.

Já na universidade Higgins, iniciou sua atuação política, primeiro como líder estudantil, tornando-se Presidente da União dos Estudantes da UCG. Foi membro do Partido Trabalhista irlandês de 1968 até 2011, ano em que assumiu a Presidência da Irlanda. Defensor dos direitos humanos, da democracia e da paz, foi o primeiro agraciado com o Prêmio *Seán MacBride Peace*, em 1992, concedido pelo *International Peace Bureau*, em Helsinque. Em novembro de 2018, iniciou seu

segundo mandato presidencial, após sair vitorioso nas eleições realizadas naquele mesmo ano.

Em 2012, visitou o Brasil, trazendo consigo delegação empresarial composta por 42 executivos irlandeses e chefiada pelo ministro júnior de Comércio e Desenvolvimento, Joe Costello. Em outubro de 2019, recebeu, em sua residência oficial na capital irlandesa, visita do presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ).

LEO VARADKAR
Primeiro-Ministro

Nasceu em Dublin em 18 de janeiro de 1979. Filho de enfermeira irlandesa e de médico indiano, Varadkar viveu a primeira infância em Leicester e, por breve período, na Índia, antes de sua família fixar-se em definitivo em um subúrbio de classe média da capital irlandesa.

Varadkar formou-se em medicina pela Trinity College Dublin, em 2003. Exerceu a profissão por vários anos em hospitais de Dublin e veio a obter o título de especialista em clínica médica em 2010.

Em paralelo, envolveu-se em atividades políticas. Em seu período na Trinity College, ingressou no grupo *Juventude Fine Gael* da universidade, serviu como vice-presidente da organização juvenil do *Partido Popular Europeu*.

Em 2007, emergiu de fato no cenário político nacional, elegendo-se para a câmara baixa (*Dáil*) pelo distrito de Dublin West.

À frente da pasta de Transportes, Turismo e Esportes (2011-14), Varadkar implementou uma bem-sucedida iniciativa de atração de turistas e lançou novas estratégias nacionais para portos e segurança rodoviária.

Em 2014, migrou para a chefia do Departamento da Saúde e, em 2016, foi nomeado ministro da Proteção Social.

Em 14 de junho de 2017, aos 38 anos de idade, Leo Varadkar teve sua nomeação como Primeiro-Ministro aprovada e tornou-se assim o mais jovem Primeiro-Ministro da história irlandesa, e o primeiro a ser declaradamente homossexual e a pertencer a uma minoria étnica

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Irlanda foram oficialmente estabelecidas em 1975. A abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu em 1991 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília, em 2001. Em outubro de 2012, o Presidente Michael D. Higgins visitou o Brasil em meio a périplo pela América do Sul. Em 2015, no contexto da visita ao Brasil da Ministra da Educação Jan O'Sullivan, foi inaugurado o Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo.

Dados do então MDIC relativos a 2018 colocam a Irlanda na 30ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, enquanto o Brasil ocupa a 39ª posição dentre os destinos das exportações irlandesas. Em geral, o intercâmbio comercial recente registrou retração, desde o pico registrado no período 2012-2013, quando chegou a superar o valor de US$1 bilhão. Mesmo assim, o comércio total de bens Brasil-Irlanda atingiu EUR 539,2 milhões em 2019, ligeiro aumento se comparado ao total registrado em 2018 (EUR 537,7 milhões).

No campo dos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. Não há registro, no momento, de investimentos diretos de monta por parte de agentes econômicos brasileiros na Irlanda.

A cooperação nas áreas de educação, ciência e tecnologia ganhou franco impulso com o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que estimulou o intercâmbio entre as comunidades acadêmicas dos dois países. Entre 2013 e 2016, a Irlanda recebeu 3.387 estudantes brasileiros em nível de graduação (96% do total) e de pós-graduação (4% do total), tornando-se a décima colocada no ranking de países escolhidos pelos bolsistas do CsF.

A presença de brasileiros nas principais universidades e institutos de tecnologia irlandeses é significativa e movimenta autoridades governamentais, empresas e escritórios de relações internacionais irlandeses. Foi realizada, em Dublin, I Semana da Ciência Brasil-Irlanda (2015); as missões organizadas pela *Enterprise Ireland* (agência de fomento à exportação irlandesa) em parceria com universidades locais; o crescente número de memorandos de entendimento bilaterais entre instituições de ensino e pesquisa; e a oferta de bolsas de estudo do Governo irlandês a estudantes brasileiros.

Um desafio a ser enfrentado diz respeito às visitas de alto nível, muito mais numerosas de autoridades irlandesas viajando para o Brasil do que na direção inversa. Três presidentes da Irlanda visitaram oficialmente o Brasil, entre os quais o Presidente Michael D. Higgins, em 2012. No âmbito do tradicional périplo

internacional de autoridades irlandesas, no dia 17 de março, celebração de *Saint Patrick*, o Brasil foi inserido no rol dos países considerados estratégicos para as relações bilaterais irlandesas. Nesse contexto, visitaram o Brasil, em 2015, a Ministra da Educação, Jan O`Sullivan; em 2017, o Ministro do Treinamento, Habilidades e Inovação, John Halligan, e, em 2018, o Ministro Joe McHugh, que exerceu a função de "*Government Chief Whip*", no Gabinete do Primeiro Ministro Leo Varadkar. Em 2019, o Presidente da Câmara Baixa, Seán Ó Fearghail visitou o País.

Também em 2019, no mês de outubro, o Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), visitou oficialmente a Irlanda, reciprocando a visita que seu homólogo irlandês lhe fizera. Encontrou-se, durante a sua estada em Dublin, com o Presidente Michael D. Higgins.

Ciência, tecnologia e inovação

Em 2017, duas visitas de parte a parte deram novas provas do potencial de cooperação bilateral no domínio da ciência, tecnologia e inovação. Em março, o ministro irlandês de Treinamento, Habilidades e Inovação, John Galligan, esteve em Brasília, onde se avistou com o secretário-geral das relações exteriores e com o ministro Gilberto Kassab. Em novembro, o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC, Álvaro Prata, esteve em Dublin, onde cumpriu extensa agenda de encontros com interlocutores do governo e do sistema de inovação irlandeses.

Assuntos Consulares

Estima-se em 18.000 pessoas a comunidade brasileira na Irlanda. O interesse despertado pela Irlanda entre jovens que desejam estudar inglês no exterior tem contribuído para a mudança do perfil e da dimensão da comunidade brasileira nos últimos 15 anos. De acordo com dados oficiais irlandeses, entre 2002 e 2011, a presença de brasileiros na Irlanda aumentou 700%, passando de 1.087 indivíduos, em 2002, para 8.704 indivíduos, em 2011 (ou 9.298 cidadãos ao considerar-se especificamente o local de nascimento e não apenas a nacionalidade).

Entre 2013 e 2016, a Irlanda recebeu 3.387 estudantes brasileiros em nível de graduação (96% do total) e de pós-graduação (4% do total). De acordo com censo de 2016, o crescimento de brasileiros na Irlanda em cinco anos foi de quase 60% (9.298 para 15.790).

Registra-se, igualmente, o crescimento, nos últimos anos, do número de casamentos entre cidadãos brasileiros e irlandeses e a residência de profissionais brasileiros de alta qualificação e suas famílias, que residem e trabalham na Irlanda a convite de empresas transnacionais.

Desde fins de março de 2020, a Embaixada em Dublin recebeu centenas de pedidos de apoio por parte de cidadãos brasileiros afetados, de alguma forma, pela

pandemia do novo coronavírus. A todos foi e tem sido prestada a assistência consular cabível. Entre as iniciativas consulares em curso, a de maior visibilidade é a repatriação em voos fretados pelo governo brasileiro. Até 3 de maio corrente, 140 nacionais já tinham retornado ao País, com escala em Londres, em dois voos fretados. Trata-se de pessoas que declararam serem turistas, com dificuldade de remarcar seus bilhetes aéreos; dependerem de tratamento médico no Brasil com remédios controlados; ou não disporem de passagem aérea e estarem em situação de pré-desvalimento por perda ou tentativa frustrada de obter emprego ou, ainda, por falta de perspectiva de dar seguimento a curso de inglês ou acadêmico.

POLÍTICA INTERNA

Panorama do sistema político irlandês

Em consequência do passado do país como parte do império britânico, o sistema político irlandês deriva, em grande medida, do modelo de Westminster, embora dele se diferencie em importantes dimensões. Por exemplo, o sistema eleitoral é proporcional, há uma constituição escrita, admite-se a apreciação judicial de atos executivos e legislativos e, no que toca à prática política, a experiência de governos de coalização é bastante comum, se não a regra. Formalmente, a Irlanda é uma república constitucional com regime parlamentarista de governo. O sistema é bicameral: há uma câmara baixa, chamada de Dáil Éireann em irlandês, cujos membros são eleitos diretamente mediante sistema eleitoral proporcional; e um Senado, cujos integrantes são eleitos indiretamente por diferentes métodos. A dimensão da câmara baixa flutua ao longo do tempo de acordo com as variações demográficas, segundo fórmula fixada na constituição (a saber, deve haver ao menos um deputado para cada grupo de vinte a trinta mil pessoas); hoje, a casa é composta por 160 representantes. Já o Senado tem tamanho fixo: 60 senadores. É preciso notar que o Senado tem poderes muito limitados, o que leva estudiosos a classificar o sistema irlandês como "bicameralismo fraco".

Como regra geral, eleições para renovar a totalidade da câmara baixa são realizadas a cada cinco anos, mas o presidente pode, a qualquer momento antes do transcurso desse prazo, usualmente por recomendação do primeiro-ministro, convocar novas eleições. Ao longo da história, estabeleceu-se um regime fundamentalmente bipartidário, com o Fianna Fáil (com muito maior frequência) e o Fine Gael alternando-se no poder. Para formação de governos, ambos os partidos socorrem-se costumeiramente de agrupamentos menores (no mais das vezes, dos trabalhistas) para formar coalizões, pois a obtenção de maiorias por meio das urnas é em regra difícil. Veja-se que, desde 1989, o país não conhece governos unipartidários puros. Isso se explica pelas características do sistema eleitoral irlandês: ao temperar o

voto distrital com uma complexa distribuição de saldos com base em critério proporcional, as regras eleitorais tendem a levar à atomização do poder e à afirmação dos independentes. As linhas que separam os dois principais partidos irlandeses não são programáticas ou ideológicas, mas históricas: o lado que tomaram na guerra civil que se seguiu à independência do país, na década de 1920. O Fianna Fáil ("Soldados do Destino", em irlandês), fundado em 1926 com ideário nacionalista, lutou contra o tratado de 1921 que conferiu o direito de autogoverno à Irlanda sob a condição de domínio britânico. O Fianna Fáil transformou-se no grupo político mais bem-sucedido do país e é tido como o "partido natural de governo": desde sua primeira vitória eleitoral, em 1932, esteve fora do poder, ao todo, por apenas 28 anos. O Fine Gael ("Família dos Irlandeses", em irlandês) foi fundado em 1933 e encontra suas raízes nas forças que lutaram a favor do tratado de 1921. Assumiu o poder em sete oportunidades, mas nunca logrou alcançar maioria simples na câmara baixa. Hoje, os dois partidos são virtualmente indistinguíveis no plano ideológico: são forças de centro-direita ou mais propriamente liberais, com as inconsistências talvez inevitáveis trazidas pela prática política. Ambas as legendas são suscetíveis em igual medida à influência dos interesses do agronegócio irlandês e das multinacionais instaladas no país.

Sob essa hegemonia do Fianna Fáil e do Fine Gael, dois outros partidos, de esquerda, gozam de alguma ascendência na política irlandesa. O primeiro, que tem perdido força no passado recente, é o Partido Trabalhista. Fundado em 1912 e de perfil sempre moderado, tem servido como parceiro júnior em coalizões governamentais. O segundo, que tem experimentado crescimento junto ao eleitorado, sobretudo entre as camadas mais jovens e nas grandes cidades, é o Sinn Féin. Descendente do Sinn Féin histórico que teve participação decisiva no caminho para a independência (este, fundado em 1905), mas recriado, em sua configuração atual, em 1970, o partido é nacionalista radical e engajou-se, de maneira indireta, no conflito sectário na Irlanda do Norte conhecido como os "Troubles" (1968-1998). Sua ideia fixa é a unificação da Irlanda. Em 2018 o Sinn Féin fez a sucessão do líder histórico Gerry Addams e, sob liderança de nova geração, incorporou bandeiras liberais/progressistas.

Quem exerce a chefia de Estado é o presidente da República, que é eleito diretamente para um mandato de sete anos, com possibilidade de uma reeleição. As funções do presidente são essencialmente protocolares e institucionais.

Conjuntura política irlandesa

A última eleição geral na Irlanda ocorreu em 8 de fevereiro de 2020. Previsto para ser realizado, segundo o calendário eleitoral regulamentar, em 2021, o pleito foi antecipado por iniciativa do primeiro-ministro Leo Varadkar. Na virada de 2019 para

2020, as condições de sustentação do seu governo na câmara baixa, frágeis desde o princípio, deterioraram-se criticamente, e uma moção de desconfiança contra o ministro da Saúde, que a oposição de esquerda capitaneada pelo Sinn Féin pretendia pôr em pauta, parecia reunir os números necessários para aprovação. A "aritmética do Dáil", como se expressou à época o PM Varadkar, mudara em desfavor do governo em razão da renúncia de um parlamentar do Fine Gael envolvido em mau uso de verbas indenizatórias, da defecção de um par de parlamentares independentes, e da decisão de um deputado do Fianna Fáil de não mais necessariamente abster-se em votações decisivas para o governo, como rezava o acordo de "confidence-and-supply" que sustentava a administração Fine Gael desde 2016. Em vista desses desenvolvimentos, Varadkar solicitou a dissolução da 32ª legislatura do Dáil em 14 de janeiro, pedido que foi prontamente atendido pelo presidente Michael D. Higgins.

Na curta campanha eleitoral, o primeiro-ministro Leo Varadkar e seus correligionários do Fine Gael (centro-direita) procuraram enfatizar as credenciais do partido na gestão da economia, que crescia nos últimos anos a uma das taxas mais elevadas da Europa e encontrava-se em virtual pleno emprego, e no enfrentamento do desafio político-econômico representado pela retirada do Reino Unido da União Europeia, cujo deslinde imediato (Tratado de Retirada) atenderia aos delicados interesses nacionais graças à exitosa campanha diplomática do governo. O Fianna Fáil (centro-direita), adversário tradicional dentro do duopólio que domina a política irlandesa há um século, buscou atacar o inventário de realizações do Fine Gael nas áreas de habitação e de saúde, visto como insatisfatório, apresentando-se como a alternativa natural para a retomada dos investimentos no terreno social.

Entretanto, abertas as urnas, apurou-se que os vitoriosos, ao menos no que diz respeito ao quantitativo de votos recebidos, foram as agremiações de esquerda, particularmente os republicanos radicais do Sinn Féin. O resultado — amplamente caracterizado, na imprensa local e internacional, como histórico, na medida em que simbolizou a quebra da hegemonia de Fianna Fáil e Fine Gael na política irlandesa — tomou de surpresa o próprio Sinn Féin, que não lançara candidatos em número suficiente para alcançar a maioria (o Dáil compõe-se hoje de 160 membros, e havia 159 cadeiras em disputa — o presidente da casa na legislatura precedente tem vaga assegurada na legislatura seguinte). 42 candidatos concorreram pelo Sinn Féin, dos quais 37 foram eleitos. Esse número deu ao partido a maior bancada na câmara baixa, em empate com o Fianna Fáil (37). Logo abaixo, em terceiro lugar, veio o governista Fine Gael, com 35 cadeiras. Em seguida, encontraram-se o Partido Verde (12), o Partido Trabalhista (6), os Social-Democratas (6), Solidariedade-Povo Antes do Lucro (5), Aontú (dissidência do Sinn Féin; 1), Independentes para a Mudança (1). Candidatos independentes (sem partido) conquistaram 19 cadeiras. No que respeita à distribuição de assentos por partido, as eleições de fevereiro de 2020 produziram o parlamento mais dividido da história irlandesa.

Tendo em vista o desejo de mudança exprimido nas urnas pelo eleitorado, as lideranças do Fianna Fáil e do Fine Gael abriram espaço, após o pleito, para que o Sinn Féin procurasse construir uma frente ampla de esquerda capaz de sustentar um governo. Ao mesmo tempo, deixaram clara a sua rejeição terminante a qualquer possibilidade de comporem-se com o Sinn Féin, tomado por ambos como um "partido anormal", ligado por laços obscuros ao Exército Republicano Irlandês e à violência sectária. As tentativas movidas pelo Sinn Féin para formar uma coalizão de esquerda não frutificaram, em parte devido a dificuldades programáticas, em parte devido à insuficiência numérica para formar maioria.

Nesse meio-tempo, sobreveio a pandemia do novo coronavírus, que introduziu um maior senso de urgência à necessidade de o país contar com um governo com plenos poderes, e com legitimidade democrática, para tomar medidas de enfrentamento das crises sanitária e econômica. (Desde a dissolução da câmara baixa, em janeiro de 2020, e até que o nome de um novo primeiro-ministro seja aprovado pelo Dáil, o primeiro-ministro Leo Varadkar e a sua equipe ministerial continuam desempenhando as suas funções em caráter interino ["caretakers"]. Em tese, a administração interina deveria limitar-se às atividades corriqueiras de gestão da máquina pública, evitando implementar políticas novas; na prática, dada a gravidade da pandemia, o governo interino, mediante aprovação da câmara baixa em sua nova composição, lançou pacote bilionário de liquidez ao setor privado, ampliou gastos sociais e adotou poderes extraordinários de cerceamento da liberdade de ir e vir, para fazer cumprir a quarentena.

Nesse sentido, a pandemia teve o efeito político de acelerar as discussões que Fianna Fáil e Fine Gael — pondo de lado a sua rivalidade histórica e valendo-se do seu conhecido alinhamento no plano ideológico — já vinham mantendo com vistas à formação de uma inédita coalizão. Em fins de abril, os dois partidos divulgaram um documento com os princípios programáticos básicos para um governo. Como os dois partidos somam, entre si, 72 deputados, oito aquém da maioria, faz-se necessário incorporar uma ou duas agremiações menores ao bloco governista. Entre os partidos de menor porte, os verdes demonstram, até aqui, maior disposição de integrar o governo. O diálogo segue em curso.

Governo Leo Varadkar

Leo Varadkar, médico de 38 anos, filho de pai indiano e mãe irlandesa, e homossexual, chegou ao poder em junho de 2017. Sucedeu no cargo ao seu colega de partido Enda Kenny, primeiro-ministro desde 2011, que conduzira o Fine Gael a uma vitória parcial (maior número de cadeiras, mas 29 aquém da maioria simples) nas eleições de 2016, costurara com os tradicionais rivais do Fianna Fáil o acordo de "confidence-and-supply" em que se escorava o governo de minoria, mas terminara

forçado a renunciar por sua má condução de uma crise envolvendo denúncias de corrupção na polícia irlandesa.

À frente do governo, o primeiro-ministro Leo Varadkar não se desvia essencialmente do corpo de ideias que veio a constituir-se, dos anos 1980 para cá, em espécie de consenso programático entre os dois partidos que se revezam no comando da República desde a sua fundação em 1937. Em questões de valores, sim, Varadkar mostra-se mais progressista do que a média dos parlamentares — como o demonstra, por exemplo, a convicção com que ele depositou seu capital político no referendo sobre a legalização do aborto, que afinal passou com folga (66% de aprovação), em maio de 2018. Já em matéria econômica, defende sem reparos a mescla de liberalismo e de intervencionismo que caracteriza o modelo de desenvolvimento irlandês desde fins da década de 1950 — o que se evidencia, de um lado, em sua aguerrida defesa do regime de baixa tributação corporativa, e, de outro, no lançamento, em fevereiro de 2018, do ambicioso Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2027, que prevê desembolso de EUR 116 bilhões em projetos de infraestrutura e sociais.

Nos primeiros meses de sua gestão, Varadkar alcançou níveis de aprovação popular poucas vezes vistos na Irlanda, níveis que não se viam, com efeito, desde os anos 2000, no apogeu do Tigre Celta. De janeiro de 2018 até a convocação das eleições em janeiro de 2020, entretanto, sua base de apoio popular erodiu lenta mas consistentemente. Por um lado, isso foi fruto de um processo natural de desgaste do governo, que teve sua cota de crises significativas (vale mencionar duas delas: em dezembro de 2017, desdobramentos no caso das denúncias de corrupção na polícia levaram à queda da vice-primeira-ministra e ministra da Justiça, Frances Fitzgerald; em 2019, noticiou-se que os custos da construção de um hospital pediátrico em Dublin, que se arrasta há anos, escalonaram vertiginosamente, por erros de projeto); por outro, decorreu da percepção de que Varadkar não vinha conseguindo promover avanços significativos no tratamento de crises com dimensão social, como as dos setores habitacional e de saúde, que são especialmente prementes.

POLÍTICA EXTERNA

Pode-se entender a política externa irlandesa como um amálgama de quatro visões identitárias básicas, que ascendem e retrocedem de acordo com as circunstâncias domésticas e internacionais específicas. A primeira visão a tomar forma, historicamente falando, é uma construção do nacionalismo irlandês e da luta pela independência. Sua atenção prioritária está voltada para a afirmação do país como nação soberana, o que passa pela definição das relações com o vizinho e ex-colonizador britânico. Mais precisamente, a política externa é concebida como uma forma de o país diferenciar-se do Reino Unido, apresentando-se quase que como

imagem reversa do Estado britânico. Em importante medida, essa é a razão de ser da adoção da neutralidade, que a Irlanda veio a abraçar como um dos princípios estruturantes de sua inserção internacional (condição que o princípio preserva até os dias de hoje). A Irlanda foi o único membro da Commonwealth (grupamento de que se desligaria em 1949) a permanecer neutro durante a Segunda Guerra Mundial, e o país tampouco jamais aceitou associar-se à OTAN.

Uma segunda visão identitária enxerga a Irlanda como um cidadão global. Suas raízes são encontradas na significativa presença alcançada pelo país no mundo por meio da emigração. A existência dessa diáspora irlandesa (estimada, hoje, em 70 milhões de pessoas, entre emigrantes e seus descendentes) ajudou a inspirar um ideário universalista na República, fomentando um sentido de missão junto à comunidade global. Isso se traduziu, em política externa, num conjunto de postulados diplomáticos de caráter ecumênico e principista. Tomem-se, por exemplo, a defesa da igualdade dos Estados perante o direito internacional e do direito de autodeterminação, ou a oposição ao colonialismo, ou a busca de mecanismos de segurança coletiva e de justiça internacional, todos atributos tradicionais da política externa irlandesa. A participação em missões de paz sob as Nações Unidas (para as quais a Irlanda tem contribuído consistentemente desde 1958), o trabalho na área de cooperação internacional e os esforços no campo do desarmamento nuclear também podem ser entendidos como expressões dessa orientação universalista.

Uma terceira visão privilegia a ideia da Irlanda como uma República europeia. Filosoficamente, essa narrativa foi construída com base num par de percepções: primeiro, a de que a geografia, a cultura, a política, a filosofia, a língua e os laços migratórios conformavam uma vocação europeia para o país; segundo, a de que a Europa representava a modernidade, nas palavras do futuro primeiro-ministro Charles Haughey, em 1972, "um portal para um mundo completamente diferente, com novos e amplos horizontes abrindo-se para nós". A entrada do país na Comunidade Europeia, afinal concretizada em 1973 depois de a França ter retirado o veto efetuado em 1961 (veto dirigido, em verdade, ao Reino Unido, mas que compreendeu também a candidatura irlandesa), remodelou em importante medida a política externa irlandesa. Ao mesmo tempo, a europeização irlandesa atenuou as preocupações com a diferenciação vis-à-vis o Reino Unido e, ao menos no primeiro momento, desinflou as vocações universalistas autônomas do país, cuja política externa, em algum grau, passou a ser mediada pelo bloco europeu.

Uma última visão identitária, que setores irlandeses passaram a matizar a partir da presidência de Donald Trump nos Estados Unidos e em face ao presente aumento das tensões internacionais, retrata a Irlanda como nação anglo-americana. Essa narrativa baseia-se, de um lado, na parceria privilegiada que o país mantém com os Estados Unidos, em vista dos laços humanos constituídos pela diáspora irlandesa (veja-se que desde os anos 1980 se mantém a prática, hoje anual, de o primeiro-

ministro irlandês visitar o presidente americano no Dia de São Patrício); de outro, na percepção de que a Irlanda, com respeito ao seu modelo de desenvolvimento, acertadamente escolheu Boston (livre mercado, reduzido papel do Estado, baixa carga tributária) e não Berlim (social-democracia) – para empregar a dicotomia que se tornou consagrada na literatura político-econômica irlandesa. Ciosa do papel desempenhado por investimentos americanos no ciclo de desenvolvimento econômico nacional (em 2001, digamos, 16% do PIB irlandês e cem mil postos de trabalho estavam ligados a atividades de multinacionais americanas) e da participação do governo americano na superação do conflito sectário na Irlanda do Norte, em 1998, a Irlanda deveria, segundo essa visão, reforçar suas afinidades dentro do grupo anglo-americano.

A política externa irlandesa, sob a atual gestão de Leo Varadkar, procura conciliar, com diferentes ênfases, esses quatro eixos diplomáticos. As iniciativas nesse sentido dão-se sob o signo e em larga medida em reação a um fato externo incontornável para o país: o Brexit. Em 2016, a decisão britânica de retirar-se do projeto de integração europeu imediatamente pôs em questão, na Irlanda, em razão da fronteira compartilhada e da importância chave das trocas comerciais com o Reino Unido, a própria conveniência de a Irlanda permanecer na União Europeia. A possibilidade de um *Irexit* foi logo posta de lado, contudo, entre outros motivos por força de um renovado entusiasmo popular com a UE, isto numa sociedade que nem sempre foi simpática à integração (vide a rejeição do Tratado de Lisboa no referendo popular de 2008). Da perspectiva do governo, a exclusão peremptória de qualquer possibilidade de saída do projeto europeu ensejou ao país, a um só tempo, diferenciar-se dos caminhos trilhados pelo Reino Unido e reforçar sua condição preferencial de República europeia.

Nas negociações em torno do que viria a constituir-se no Acordo de Retirada, a Irlanda pautou a defesa dos seus interesses com base em três pontos fundamentais: i) a proteção do processo de paz e do Acordo de Sexta-Feira Santa; ii) a preservação da Common Travel Area bilateral com o Reino Unido (que antecede a entrada conjunta dos dois países no bloco europeu em 1973) e direitos individuais e sociais correlatos para os cidadãos irlandeses e britânicos; e iii) a manutenção da fronteira aberta com a Irlanda do Norte. Na Irlanda, a percepção virtualmente unânime é a de que o Acordo de Retirada afinal assinado, em janeiro de 2020, ao refletir em sua essência os interesses nacionais fundamentais, representou uma vitória concreta da diplomacia irlandesa.

A realidade do Brexit, considerando-se a importância do Reino Unido para a economia e os negócios na Irlanda, impôs ao país a necessidade de retomar com novo fôlego a estratégia universalista de diversificação de parcerias. No domínio político-diplomático, o governo lançou, em 2018, o plano Global Ireland 2025, pelo qual pretende duplicar sua presença internacional até 2025, abrindo embaixadas (inclusive

na América do Sul: em Bogotá e em Santiago do Chile), ampliando representações permanentes em parceiros tradicionais (com destaque para Alemanha e França) e inaugurando escritórios de agências de promoção de exportações e atração de investimentos (destaque para a Ásia). Na vertente de cooperação, foi lançada, em 2019, uma nova estratégia de ajuda ao desenvolvimento, ancorada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e devotada especialmente às áreas de igualdade de gênero, redução de necessidades humanitárias, ação climática e fortalecimento da governança.

No campo multilateral, sobressai a candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para mandato em 2021-2022 — candidatura que conta, a propósito, com apoio brasileiro. Ainda no âmbito das Nações Unidas, o país tem mantido participação em missões de manutenção da paz, em que pesem graves dificuldades de pessoal e de gestão que ora se abatem sobre as forças armadas. Hoje, as missões no Saara Ocidental, no Congo, no Mali e no Líbano (com especial importância) contam todas com o engajamento de militares irlandeses.

Além do Brexit, a diplomacia irlandesa defronta-se com outro desafio importante, este na esfera econômica: as tentativas, no âmbito europeu, de estabelecer normas de harmonização tributária e de taxação de empresas digitais. O posicionamento defensivo assumido pela Irlanda (cujo modelo econômico fundamenta-se, em importante medida, no binômio conformado, de um lado, pela alíquota corporativa de 12,5%, e, de outro, pela atração de investimentos estrangeiros, muitos deles das gigantes globais do setor de tecnologia) preconiza o tratamento dessas questões no âmbito da OCDE. O que está em jogo, para a Irlanda, é a atratividade do país para investimentos de multinacionais dos setores de tecnologia e de fármacos, sobretudo por parte de empresas com sede nos Estados Unidos. A relevância da questão é sublinhada pelo fato de que quase 20% de toda a receita tributária no país advêm do imposto pago por aquelas multinacionais.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Considera-se que a Irlanda é hoje uma economia moderna, com elevados índices de liberdade econômica (6º mundialmente, na classificação da Heritage Foundation) e de PIB per capita (cerca de US$ 80 mil), setores industriais avançados (especialmente nos campos farmacêutico e de tecnologias da informação e da computação) e mão de obra qualificada. O desenvolvimento irlandês é, entretanto, relativamente recente. Convencionou-se fixar o ano de 1958 como o marco zero da guinada econômica irlandesa. Naquele ano, o governo a cargo de Séan Lemass pôs em marcha programa de reformas preconizado por T. K. Whitaker, secretário do Departamento das Finanças e tido como o burocrata mais influente de sua geração.

Calcado na sensível redução dos impostos, na abertura comercial e na reforma da produção agropecuária, o programa virou a página do nacionalismo econômico e lançou as bases de modelo de desenvolvimento liberalizante que, em suas linhas mestras, é preservado até hoje.

Na década de 1980, em meio a uma crise provocada fundamentalmente pelos choques do petróleo e por má gestão das finanças públicas, os dois partidos políticos hegemônicos, Fianna Fáil e Fine Gael, consolidaram programa de política econômica comum, orientado por princípios ortodoxos. Dentro de um quadro de transformações sociais mais amplas, marcado pela melhoria da educação formal e pelo aumento populacional, os anos de estabilização econômica entre 1987 e 1994 criaram as condições para o milagre econômico irlandês. De 1995 a 2007, o país cresceu consistentemente a taxas anuais entre 4,4% e 11,5%, impulsionadas por investimentos estrangeiros, ganhos de produtividade e expansão do consumo.

Nos anos 2000, entretanto, uma bolha imobiliária e financeira, insuflada por falhas regulatórias (que levaram o Financial Times a apelidar Dublin de "Wild West of European finance") e pelo descontrole fiscal, tornou a Irlanda especialmente vulnerável à crise internacional de 2008. A recessão contraiu o PIB em 14%, elevou o desemprego à taxa de 16% e arrasou os bancos e as contas públicas, obrigando o governo a socorrer-se de empréstimos juntos à troica formada pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo FMI. A recuperação começou a ganhar tração apenas a partir de 2014. No início de 2020, antes do surto do novo coronavírus, a economia irlandesa via-se diante de um potencial superaquecimento, uma vez que, conforme o Departamento das Finanças registrara no Relatório de Verão de junho de 2019, "quase todos os dados disponíveis indicam que a economia já está operando em plena capacidade". O índice de desemprego, por exemplo, que atingira o pico de 16% em 2012 na esteira da crise de 2008, estava na casa de 4,5% no fim de 2019 (o quantitativo agregado de trabalhadores no país, 2,3 milhões de pessoas, era o maior da série histórica). Esse cenário recomendava, segundo o ministro das Finanças, a adoção de política fiscal anticíclica, o que seria feito, entre outras medidas, pelo reforço do fundo de reservas Rainy Day Fund, fundo direcionado para cobrir despesas, e pela fixação de meta de superávit de 0,4% do PIB em 2020.

A reviravolta econômica desencadeada pela Covid-19 na Irlanda, que está submetida nacionalmente a um regime estrito de *lockdown* desde fins de março de 2020, pôs de lado tanto o risco de superaquecimento quanto os esforços do governo para sanear as contas públicas e reduzir a dívida. Em abril de 2020, o Departamento das Finanças publicou boletim com projeções macroeconômicas e fiscais para o período 2020-2021, o qual incorpora o impacto da pandemia da Covid-19. O governo prevê que a redução da demanda doméstica e externa levará o PIB da Irlanda a retrair, no mínimo, 10,5% em 2020 (podendo chegar a 15,2%, caso as medidas

drásticas de isolamento social perdurem até o quarto trimestre). O Departamento projeta que uma recuperação gradual começará no segundo semestre e ganhará força ao longo do próximo ano, o que levaria o PIB a crescer 6% em 2021. Apenas em 2022 a atividade econômica recobraria os níveis alcançados antes da pandemia.

Na avaliação do Departamento, o mercado de trabalho está sofrendo com particular intensidade os efeitos da recessão, tendo saído de uma situação de virtual pleno emprego no início do ano para "níveis excepcionalmente elevados" de desemprego no momento e ao longo das próximas semanas. No segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego deverá atingir o seu pico (22%, ou aproximadamente 510 mil pessoas), de acordo com o documento; à medida que a atividade econômica ensaiar uma retomada durante o segundo semestre, o índice deverá cair, fechando o ano em torno de 14% (o que representaria perda de 220 mil postos de trabalho em 2020). Em 2021, a confirmar-se a expectativa de retomada da atividade, o índice de desemprego regrediria para 9,7%.

Em 2020, o governo deverá incidir em déficit fiscal de EUR 23 bilhões, ou 7,5% do PIB — déficit de proporção similar àqueles projetados em outros membros da zona do euro, segundo o ministro das Finanças. O déficit refletirá tanto a perda de arrecadação tributária, estimada em 15 bilhões de euros, quanto o aumento de gastos em saúde (ampliação de capacidade, compra de equipamentos de proteção individual, contratação de pessoal) e no amparo a empresas e famílias, no montante orçado em EUR 8 bilhões. A Irlanda resistia, de algum modo, ao avanço das negociações do Mercosul-União Europeia, em razão das sensibilidades de seu setor agrícola, em particular dos produtores de carne bovina, que consideram seus mercados desses produtos potencialmente afetados na Europa. Nesse quadro, não estava claro (i) se o novo governo a ser formado após as eleições de 8 de fevereiro terá visão simpática ao acordo (o governo em curso, interinamente a cargo do PM Leo Varadkar, encomendara estudos sobre o saldo econômico do acordo para o país, mas firmara posicionamento em princípio favorável na esteira da conclusão das negociações em junho de 2019), e (ii) se haverá apoio suficiente na câmara baixa para aprovação do documento, quando afinal posto em votação.

Outro tema de relevo é o debate em torno da tributação de grandes empresas, tema sensível para Dublin por ser elemento central na estratégia para a atração de investimentos estrangeiros, pilar de sustentação de seu sistema econômico. Os impostos pagos por um pequeno grupo de grandes empresas estrangeiras correspondem a mais de 10% do total arrecadado pelo Tesouro. Em recentes declarações, o Ministro das Finanças, Paschal Donohoe, mudou o tom anteriormente adotado pelo governo e admitiu que dependência de receitas provenientes da arrecadação de impostos corporativos de um número reduzido de empresas constitui fonte de risco. A política irlandesa tem como consequência, no plano das relações bilaterais, o pleito de que a Receita Federal do Brasil retire o país da lista de

jurisdições com tributação favorecida.

Comércio bilateral

De acordo com os dados publicados pelo Central Statistics Office (CSO), o comércio total de bens Brasil-Irlanda atingiu EUR 539,2 milhões em 2019, um ligeiro aumento se comparado ao total registrado em 2018 (EUR 537,7 milhões).

Os dados do CSO atribuem um déficit de EUR 72 milhões ao Brasil e indicam que não houve alteração significativa na pauta do comércio bilateral. O Brasil exportou EUR 233,8 milhões para a Irlanda e importou EUR 305,4 milhões. Os principais produtos exportados do Brasil para a Irlanda em 2019, em ordem de valor, foram: minérios e concentrados de alumínio; milho em grão (não incluindo milho doce) exceto para semeadura; suco de laranja; óleos essenciais de frutas cítricas; carne e miudezas de aves (exceto fígado), preparadas ou conservadas; maçãs frescas; café não torrado, não descafeinado; outros compensados, constituídos unicamente por folhas de madeira (exceto bambu); medicamentos contendo insulina, acondicionados em doses medidas ou em formas ou embalagens para venda a retalho; melões (incluindo melancias) e papaias (mamões) frescos.

Os principais produtos importados da Irlanda, no mesmo período, foram: anti-soros e outras frações do sangue e produtos imunológicos modificados; vacinas para medicina humana e veterinária; sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; toxinas, culturas de microorganismos (exceto leveduras) e produtos similares; peças e acessórios para máquinas e aparelhos de escritório e máquinas automáticas para processamento de dados; misturas de substâncias odoríferas e misturas (incluindo soluções alcoólicas) à base de uma ou mais dessas substâncias, do tipo utilizado nas indústrias de alimentos ou bebidas; equipamento de refrigeração ou congelamento, bombas de calor; medicamentos da posição 542 (SITC), não especificados anteriormente, acondicionados em doses medidas ou em formas ou embalagens para venda a retalho; aparelhos de ozonioterapia, oxigenoterapia, aerossolterapia, respiração artificial ou outro aparelho terapêutico de respiração; extrato de malte, preparações alimentícias à base de farinhas, sêmolas, amidos ou extratos de malte; máquinas automáticas para processamento de dados (exceto as da posição 75220); medicamentos com hormônios do córtex adrenal, seus derivados e análogos estruturais.

Houve, uma vez mais, discrepância entre as estatísticas de comércio bilateral registradas pelo CSO e os dados brasileiros disponibilizados pelo Ministério da Economia (que apresentaram um total de US$774 milhões para o comércio bilateral em 2019). Segundo os dados computados pelo referido Ministério, as exportações brasileiras para a Irlanda em 2019 totalizaram US$250,3 milhões e as importações brasileiras da Irlanda somaram US$523,7 milhões, representando um déficit para o

País no valor de US$273,4 milhões. Recordo, que a diferença entre os dados poderia decorrer da chegada dos produtos brasileiros na Irlanda via portos no Reino Unido e nos Países baixos, bem como devido aos registros incorretos de classificação de produtos, que são efetuados pelas próprias empresas exportadoras e importadoras na Irlanda.

O CSO informou que o comércio exterior total da Irlanda em 2019 somou EUR 152,7 bilhões em exportações (EUR 140,8 bilhões em 2018), o total mais alto já registrado e um aumento de 8% com relação a 2018. As importações irlandesas totalizaram EUR 89,6 bilhões (3% a menos que o ano anterior), gerando um superávit de EUR 63,1 bilhões.

Os cinco principais países de destino dos produtos irlandeses foram: Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, Reino Unido e Países Baixos; o Brasil ocupa o quadragésimo lugar. Os principais produtos exportados pela Irlanda foram: produtos médicos e farmacêuticos somando 33% do total exportado; produtos químicos orgânicos; máquinas e aparelhos elétricos; óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria e afins; e produtos manufaturados diversos.

No campo das importações, os cinco principais países fornecedores de bens para a Irlanda, em 2019, foram Reino Unido, Estados Unidos, França, Alemanha e China; o Brasil encontra-se na trigésima-oitava posição. Os principais produtos importados foram: outros equipamentos para transporte (incl. aeronaves); produtos médicos e farmacêuticos; máquinas de escritório e máquinas de processamento automático de dados (incluindo computadores); produtos químicos orgânicos; petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1171	O Rei Henrique II da Inglaterra estabelece domínio inglês sobre a ilha da Irlanda.
1603	A Rainha Elizabeth I da Inglaterra consolida o domínio definitivo inglês sobre a Irlanda.
1641	Rebelião Irlandesa de 1641, marcada por conflitos entre católicos irlandeses e protestantes ingleses e escoceses.
1798	Movimentos independentistas irlandeses, inspirados nas Revoluções Francesa e Americana, culminam na Rebelião Irlandesa de 1798.
1800	Os Parlamentos inglês e irlandês aprovam o Ato de União, que incorporaria, no ano seguinte, a Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha.
1801	Criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.
1840	Início da "Grande Fome", que causou a morte de um milhão de irlandeses e a emigração de outro milhão, especialmente para os EUA.
1916	Movimentos independentistas irlandeses com vistas a criar uma república irlandesa.
1919	Início da Guerra pela Independência da Irlanda.
1920	Entrada em vigor do Ato do Governo da Irlanda, emitido pelo Parlamento britânico, que estabeleceu, para fins administrativos, a divisão da Irlanda em Irlanda do Norte, de maioria protestante, e Irlanda do Sul, de maioria católica, ambas sob a autoridade de Londres.
1921	Assinatura do Tratado Anglo-Irlandês, pondo fim à Guerra pela Independência e consolidando a divisão da Irlanda em duas partes: o Estado Livre da Irlanda, independente, no território da então Irlanda do Sul, e a Irlanda do Norte, sob domínio britânico.
1922	Início da Guerra Civil Irlandesa entre facções dos nacionalistas irlandeses contra e a favor do Tratado Anglo-Irlandês, que deram origem ao Partido Republicano (*Fianna Fáil*) e ao Partido *Sinn Féin* ("nós", em gaélico).
1923	Fim da Guerra Civil, com a vitória das forças favoráveis ao Tratado.
1937	Entrada em vigor da nova Constituição, que altera o nome oficial do país para "Irlanda".

1949	O Estado irlandês declara-se República.
1969	Início, na Irlanda do Norte, de período de três décadas, denominado "*The Troubles*", caracterizado por confrontos entre as comunidades unionista (majoritariamente protestante) e separatista (primordialmente católica) norte-irlandesas.
1973	Entrada da Irlanda na Comunidade Europeia.
1997	Anúncio de cessar-fogo do *Provisional IRA*.
1998	Assinatura do Acordo de Belfast ("Acordo da Sexta-Feira Santa"), entre os Governos da Irlanda e do Reino Unido, com a anuência de diversas agremiações políticas da Irlanda do Norte, estabelecendo diretrizes para o Governo norte-irlandês.
2005	O Conselho do Exército do IRA, órgão executivo do *Provisional IRA*, anuncia o fim da campanha armada contra o Governo britânico.
2007	O Reino Unido cessa programa de apoio militar à Irlanda do Norte, retirando grande parte de suas tropas da região.
2008	Em 12 de junho de 2008, foi realizado referendo constitucional para aprovar projeto de lei introduzido pelo governo para ratificar o Tratado de Lisboa. Os resultados anunciados deram maioria absoluta ao "não", gerando uma crise institucional que poderia pôr um fim ao Tratado.
2009	Em novo referendo realizado em 2 de outubro de 2009, foi aprovada a emenda à Constituição da Irlanda que permitiu ao país ratificar o Tratado de Lisboa.
2011	Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda.
2012	Visita da Rainha Elizabeth II à Irlanda do Norte.
2014	O presidente Michael Higgins realiza visita histórica ao Reino Unido, na primeira viagem de Estado de um presidente irlandês a Londres, em resposta à visita realizada pela a rainha Elizabeth à República, em maio de 2011.

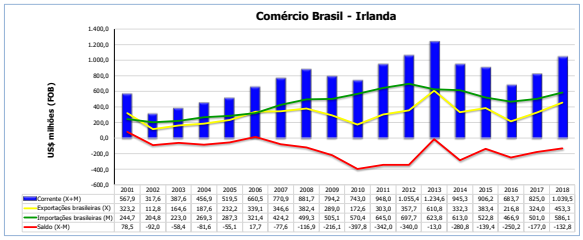
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Abertura da Embaixada do Brasil em Dublin.
1995	Visita ao Brasil da presidente Mary Robinson.
1999	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra Mary Harney.
2000	Visita à Irlanda de missão parlamentar e empresarial gaúcha, chefiada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
2001	Visita ao Brasil de delegação da Comissão de Agricultura do Parlamento da Irlanda.
2001	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Bertie Ahern, em julho.
2001	Abertura da Embaixada da Irlanda em Brasília, em novembro.
2004	Visita ao Brasil da presidente Mary McAleese.
2006	Visita do subsecretário-geral Político I das Relações Exteriores à Irlanda. Assinatura de Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas.
2006	Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior à Irlanda.
2008	Visita ao Brasil do ministro para o Comércio John McGuinness, à frente de delegação empresarial.
2012	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Comunidade e Governança Local no contexto da Conferência Rio+20, em junho.
2012	Visita ao Brasil do presidente Michael Higgins, em outubro.
2015	Visita ao Brasil da ministra da Educação.
2015	Inauguração do Consulado-Geral da Irlanda em São Paulo.
2016	II Reunião Bilateral de Consultas Políticas, realizada em Brasília.
2017	Visita ao Brasil do ministro do Treinamento, Habilidades e Inovação.
2018	Visita ao Brasil do *government chief whip*, ministro Joe McHugh.
2018	Visita ao Brasil do ministro de Comércio, Emprego, Mercado Comum Digital da UE e Proteção de Dados, em missão comercial.

2019	Visita ao Brasil do presidente da Câmara Baixa da Irlanda, Seán Ó Fearghail, em março
2019	Visita à Irlanda do presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), em outubro

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação	
			Decreto nº	Data
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Negócios Estrangeiros da Irlanda sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas	07/04/2006	07/04/2006	Publicação direta: o ato tem rito simplificado, dispensando promulgação.	22/05/2006
Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda	24/11/2010	29/01/2018	9.510/2018	27/09/2018

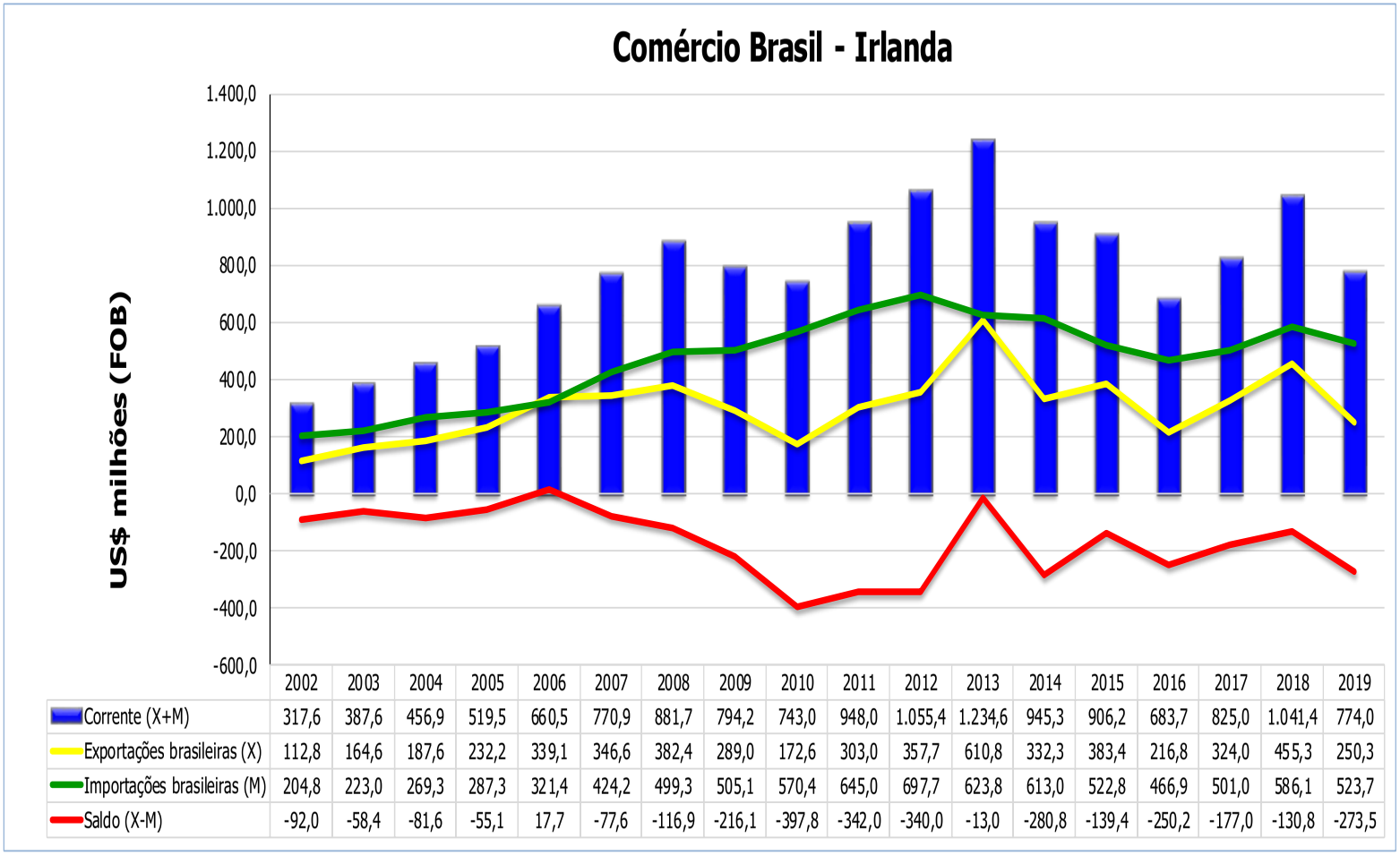


	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Corrente (X+M)	567,9	317,6	387,6	456,9	519,5	660,5	770,9	881,7	794,2	743,0	948,0	1.055,4	1.234,6	945,3	906,2	683,7	825,0	1.039,5
Exportações brasileiras (X)	323,2	112,8	164,6	187,6	232,2	339,1	346,6	382,4	289,0	172,6	303,0	357,7	610,8	332,3	383,4	216,8	324,0	453,3
Importações brasileiras (M)	244,7	204,8	223,0	269,3	287,3	321,4	424,3	499,3	505,1	570,4	645,0	697,7	623,8	613,0	522,8	466,9	501,0	586,1
Saldo (X-M)	78,5	-92,0	-58,4	-81,6	-55,1	17,7	-77,6	-116,9	-216,1	-397,8	-342,0	-340,0	-13,0	-280,8	-139,4	-250,2	-177,0	-132,8

2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-set)	403,5	422,2	825,7	-18,6
2019 (jan-set)	131,5	391,3	522,9	-259,8

Elaborado pelo MRE/DFIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do MDIC, Outubro de 2019

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



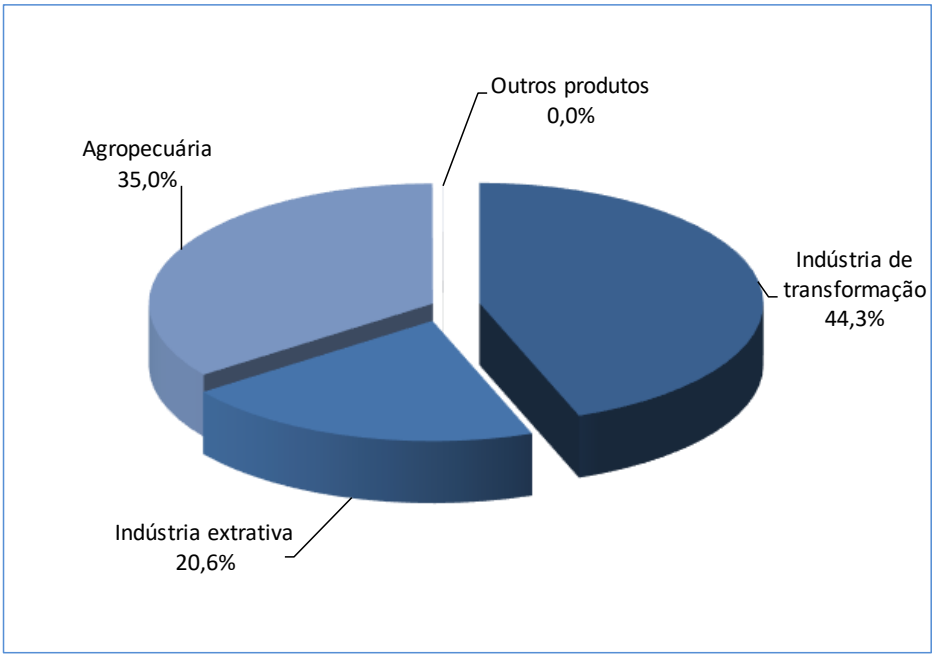
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	317,6	387,6	456,9	519,5	660,5	770,9	881,7	794,2	743,0	948,0	1.055,4	1.234,6	945,3	906,2	683,7	825,0	1.041,4	774,0
Exportações brasileiras (X)	112,8	164,6	187,6	232,2	339,1	346,6	382,4	289,0	172,6	303,0	357,7	610,8	332,3	383,4	216,8	324,0	455,3	250,3
Importações brasileiras (M)	204,8	223,0	269,3	287,3	321,4	424,2	499,3	505,1	570,4	645,0	697,7	623,8	613,0	522,8	466,9	501,0	586,1	523,7
Saldo (X-M)	-92,0	-58,4	-81,6	-55,1	17,7	-77,6	-116,9	-216,1	-397,8	-342,0	-340,0	-13,0	-280,8	-139,4	-250,2	-177,0	-130,8	-273,5

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	29,0	109,7	138,7	-80,7
2020 (jan-mar)	55,5	165,5	221,0	-110,1

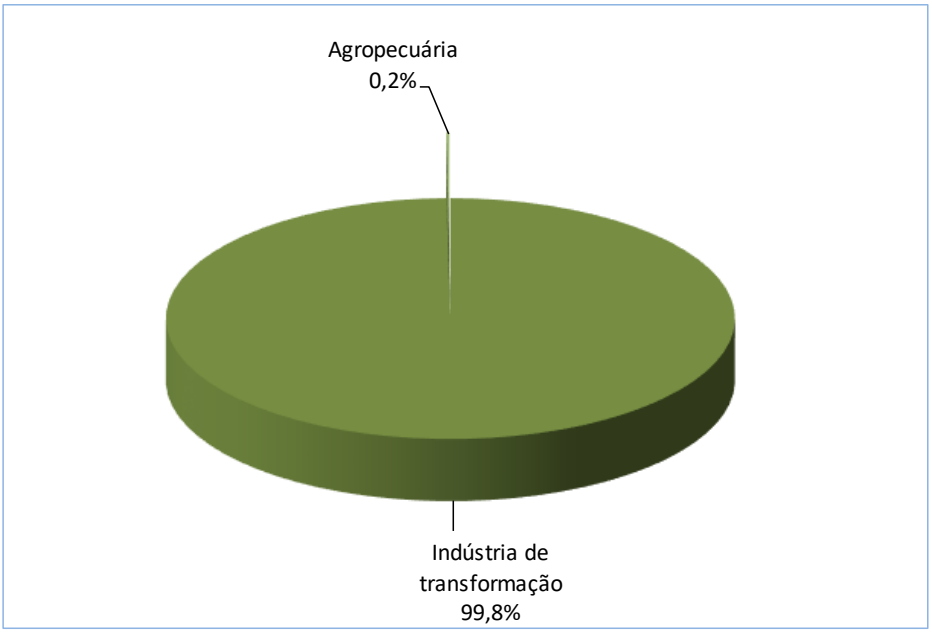
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



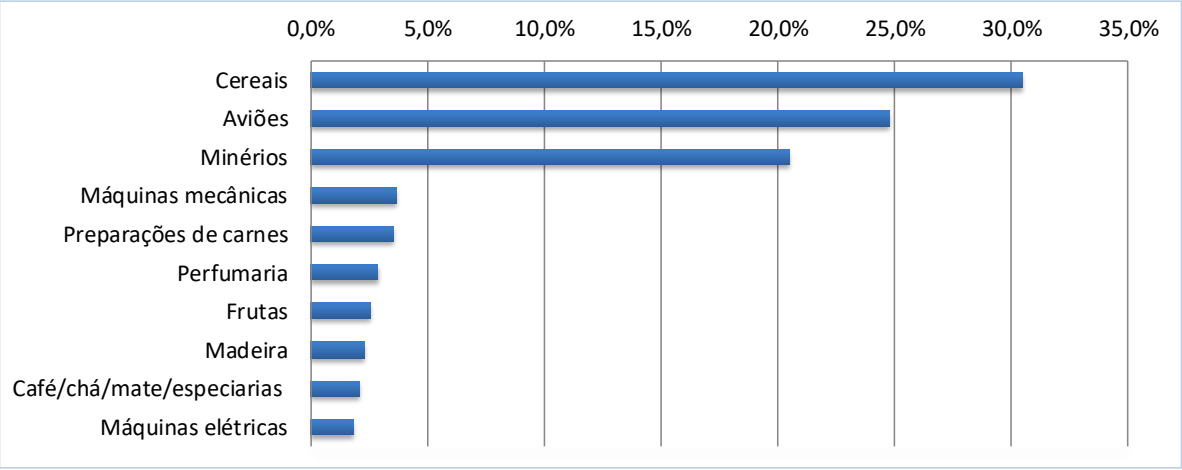
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para a Irlanda
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	50,3	15,5%	43,0	9,4%	76,2	30,4%
Aviões	0,0	0,0%	14,9	3,3%	61,9	24,7%
Minérios	37,0	11,4%	49,5	10,9%	51,2	20,5%
Máquinas mecânicas	16,5	5,1%	282,5	62,1%	9,2	3,7%
Preparações de carnes	17,9	5,5%	9,3	2,0%	8,8	3,5%
Perfumaria	4,0	1,2%	6,3	1,4%	7,1	2,8%
Frutas	9,4	2,9%	9,8	2,1%	6,3	2,5%
Madeira	4,9	1,5%	6,3	1,4%	5,6	2,3%
Café/chá/mate/especiarias	5,4	1,7%	5,9	1,3%	5,2	2,1%
Máquinas elétricas	3,2	1,0%	4,8	1,1%	4,5	1,8%
Subtotal	**148,6**	**45,9%**	**432,4**	**95,0%**	**236,1**	**94,3%**
Outros	**175,4**	**54,1%**	**22,9**	**5,0%**	**14,2**	**5,7%**
Total	**324,0**	**100,0%**	**455,3**	**100,0%**	**250,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

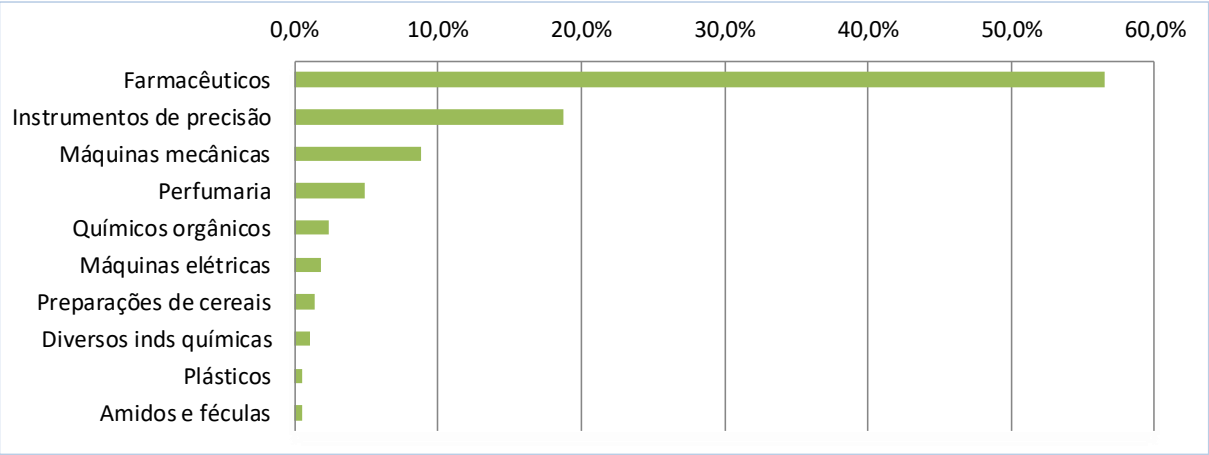


Composição das importações brasileiras originárias da Irlanda
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	297,2	59,3%	338,0	57,7%	296,2	56,6%
Instrumentos de precisão	91,3	18,2%	95,9	16,4%	98,5	18,8%
Máquinas mecânicas	38,9	7,8%	62,3	10,6%	46,2	8,8%
Perfumaria	21,3	4,3%	24,5	4,2%	25,5	4,9%
Químicos orgânicos	12,7	2,5%	9,9	1,7%	12,3	2,3%
Máquinas elétricas	12,2	2,4%	20,8	3,6%	9,8	1,9%
Preparações de cereais	0,5	0,1%	3,8	0,6%	7,4	1,4%
Diversos inds químicas	2,7	0,5%	6,0	1,0%	5,8	1,1%
Plásticos	3,3	0,7%	3,8	0,7%	2,9	0,6%
Amidos e féculas	2,0	0,4%	2,9	0,5%	2,6	0,5%
Subtotal	**482,0**	**96,2%**	**568,0**	**96,9%**	**507,2**	**96,8%**
Outros	**19,0**	**3,8%**	**18,1**	**3,1%**	**16,5**	**3,2%**
Total	**501,0**	**100,0%**	**586,1**	**100,0%**	**523,7**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



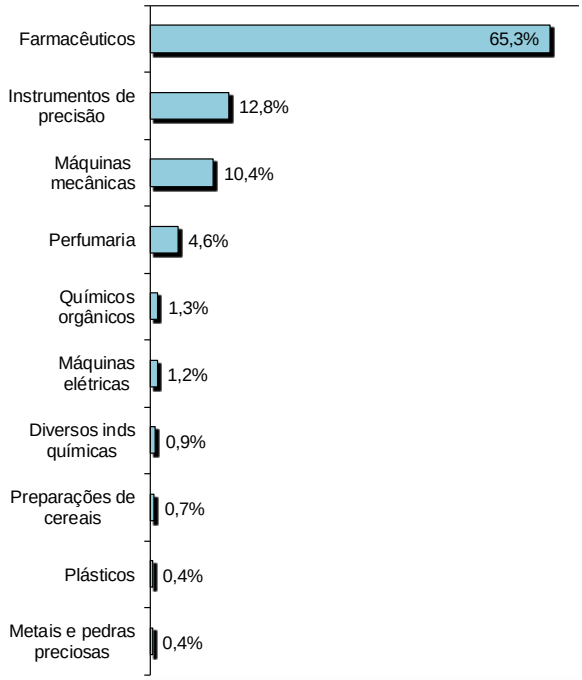
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Aviões	0,0	0,0%	30,5	55,0%
Minérios	9,7	33,3%	12,6	22,8%
Preparações de carnes	2,4	8,3%	2,4	4,3%
Café/chá/mate/especiarias	1,4	4,9%	1,6	2,9%
Máquinas mecânicas	1,3	4,6%	1,4	2,6%
Outros prods origem animal	0,0	0,1%	1,1	2,0%
Madeira	2,1	7,2%	1,1	2,0%
Máquinas elétricas	0,7	2,5%	1,0	1,8%
Frutas	1,0	3,5%	0,7	1,3%
Farmacêuticos	0,0	0,0%	0,4	0,7%
Subtotal	**18,7**	**64,4%**	**52,9**	**95,4%**
Outros	**10,3**	**35,6%**	**2,5**	**4,6%**
Total	**29,0**	**100,0%**	**55,5**	**100,0%**

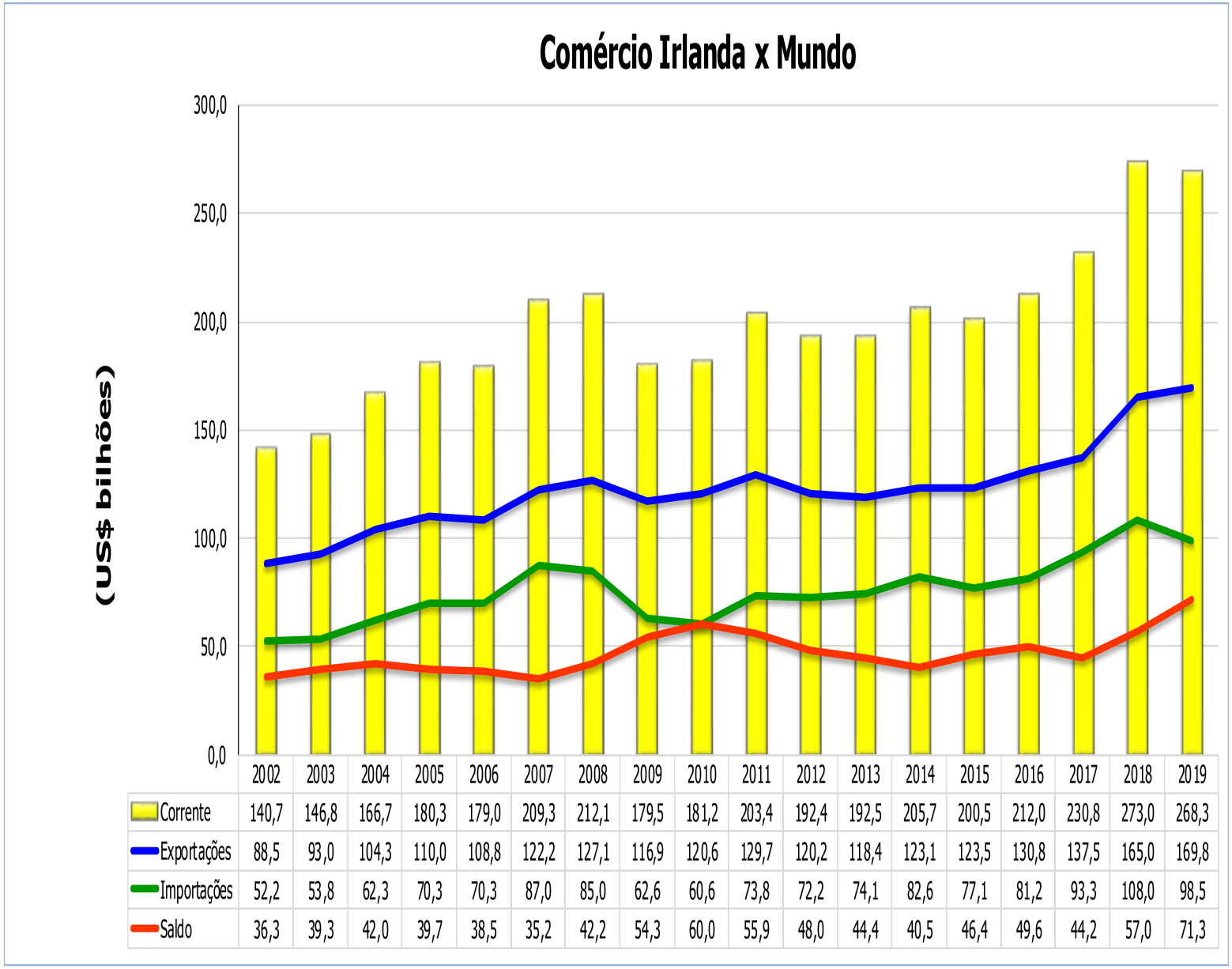
Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Farmacêuticos	54,1	49,3%	108,1	65,3%
Instrumentos de precisão	24,3	22,1%	21,2	12,8%
Máquinas mecânicas	10,1	9,2%	17,2	10,4%
Perfumaria	5,9	5,4%	7,6	4,6%
Químicos orgânicos	2,9	2,7%	2,2	1,3%
Máquinas elétricas	3,7	3,4%	2,0	1,2%
Diversos inds químicas	1,4	1,3%	1,5	0,9%
Preparações de cereais	2,3	2,1%	1,2	0,7%
Plásticos	0,6	0,6%	0,7	0,4%
Metais e pedras preciosas	0,5	0,5%	0,6	0,4%
Subtotal	**105,9**	**96,5%**	**162,2**	**98,0%**
Outros produtos	**3,8**	**3,5%**	**3,3**	**2,0%**
Total	**109,7**	**100,0%**	**165,5**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.



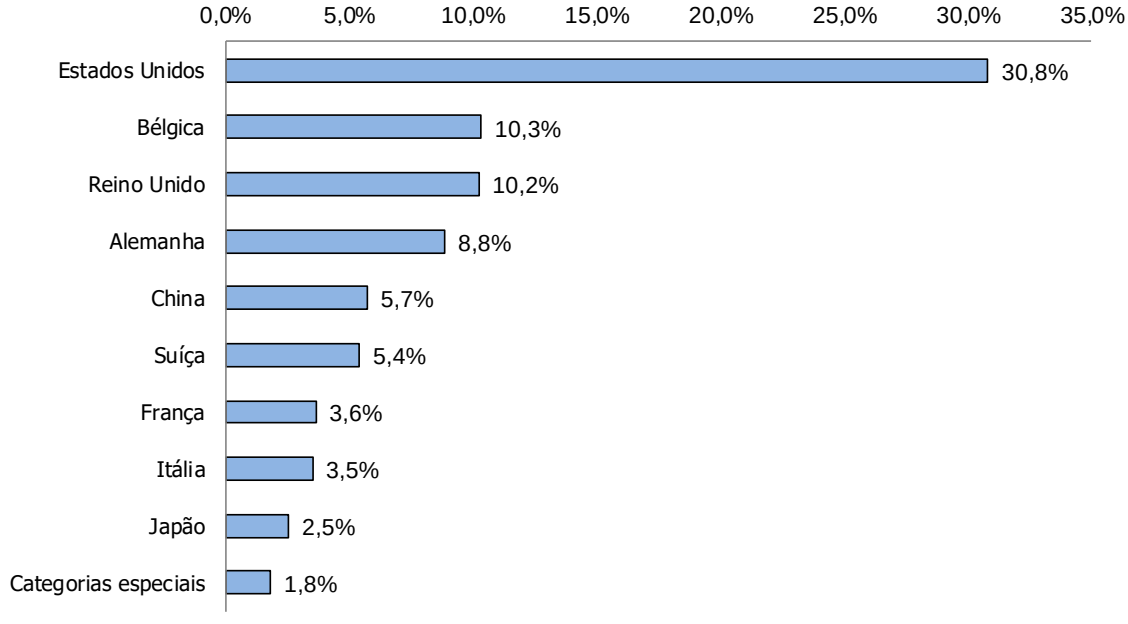
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	140,7	146,8	166,7	180,3	179,0	209,3	212,1	179,5	181,2	203,4	192,4	192,5	205,7	200,5	212,0	230,8	273,0	268,3
Exportações	88,5	93,0	104,3	110,0	108,8	122,2	127,1	116,9	120,6	129,7	120,2	118,4	123,1	123,5	130,8	137,5	165,0	169,8
Importações	52,2	53,8	62,3	70,3	70,3	87,0	85,0	62,6	60,6	73,8	72,2	74,1	82,6	77,1	81,2	93,3	108,0	98,5
Saldo	36,3	39,3	42,0	39,7	38,5	35,2	42,2	54,3	60,0	55,9	48,0	44,4	40,5	46,4	49,6	44,2	57,0	71,3

Principais destinos das exportações da Irlanda
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
Estados Unidos	52,30	30,8%
Bélgica	17,55	10,3%
Reino Unido	17,38	10,2%
Alemanha	15,02	8,8%
China	9,71	5,7%
Suíça	9,19	5,4%
França	6,18	3,6%
Itália	5,96	3,5%
Japão	4,32	2,5%
Categorias especiais	3,09	1,8%
...		
Brasil (37º lugar)	**0,34**	***0,2%***
Subtotal	**141,04**	**83,1%**
Outros países	**28,76**	**16,9%**
Total	**169,79**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais destinos das exportações

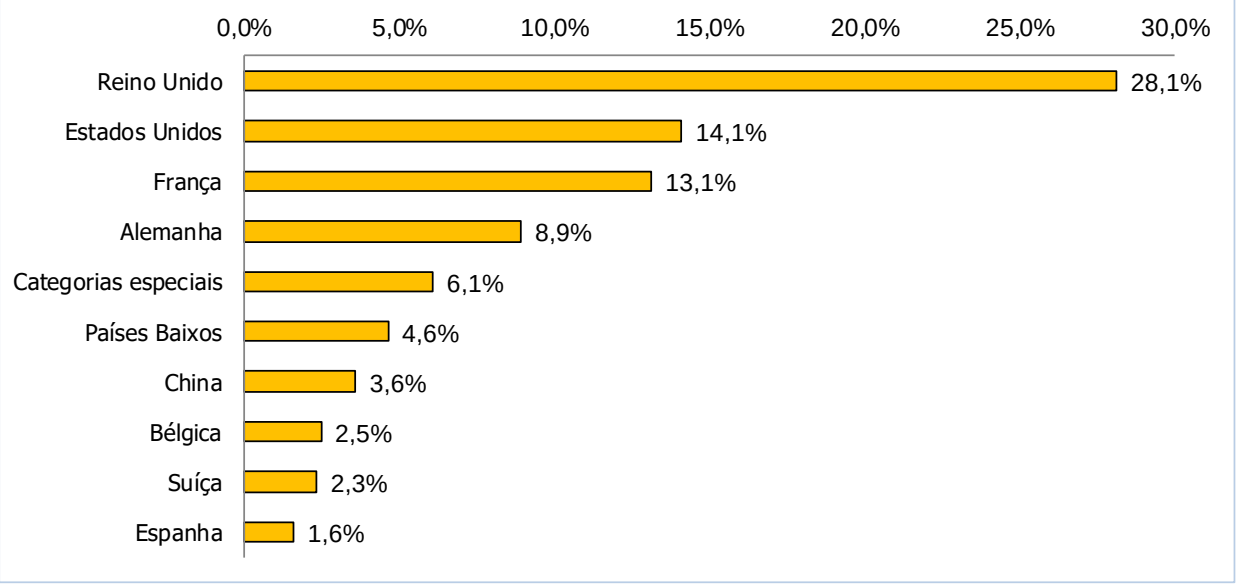


Principais origens das importações da Irlanda
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
Reino Unido	27,68	28,1%
Estados Unidos	13,88	14,1%
França	12,91	13,1%
Alemanha	8,77	8,9%
Categorias especiais	5,97	6,1%
Países Baixos	4,55	4,6%
China	3,52	3,6%
Bélgica	2,43	2,5%
Suíça	2,29	2,3%
Espanha	1,56	1,6%
...		
Brasil (33º lugar)	***0,23***	***0,2%***
Subtotal	**83,79**	**85,1%**
Outros países	**14,71**	**14,9%**
Total	**98,50**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais origens das importações

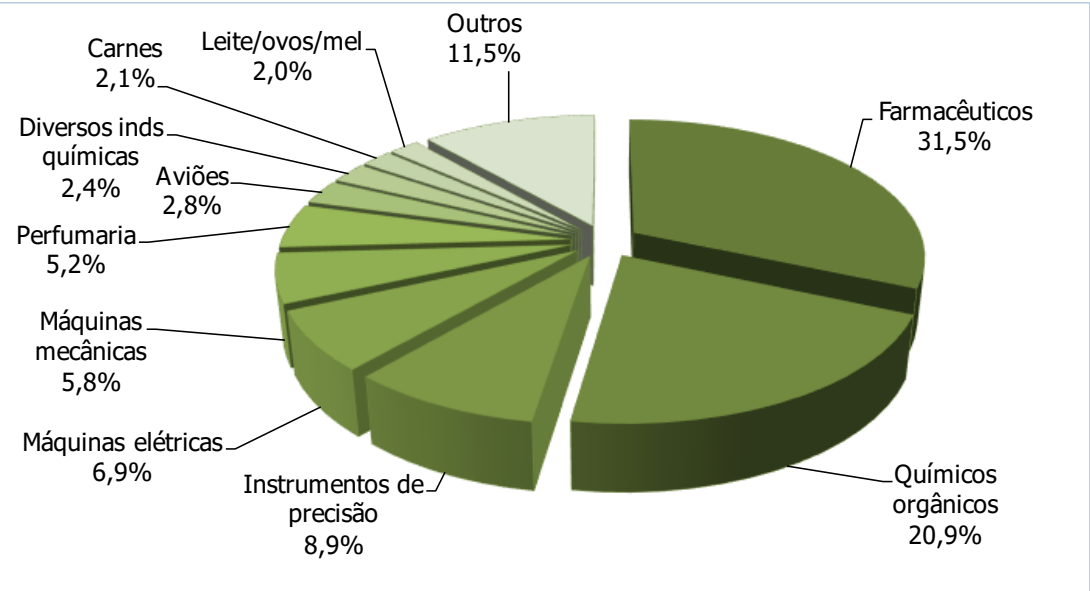


Composição das exportações da Irlanda
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Farmacêuticos	53,56	31,5%
Químicos orgânicos	35,54	20,9%
Instrumentos de precisão	15,13	8,9%
Máquinas elétricas	11,77	6,9%
Máquinas mecânicas	9,78	5,8%
Perfumaria	8,75	5,2%
Aviões	4,81	2,8%
Diversos inds químicas	4,14	2,4%
Carnes	3,49	2,1%
Leite/ovos/mel	3,38	2,0%
Subtotal	**150,34**	**88,5%**
Outros	**19,45**	**11,5%**
Total	**169,79**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

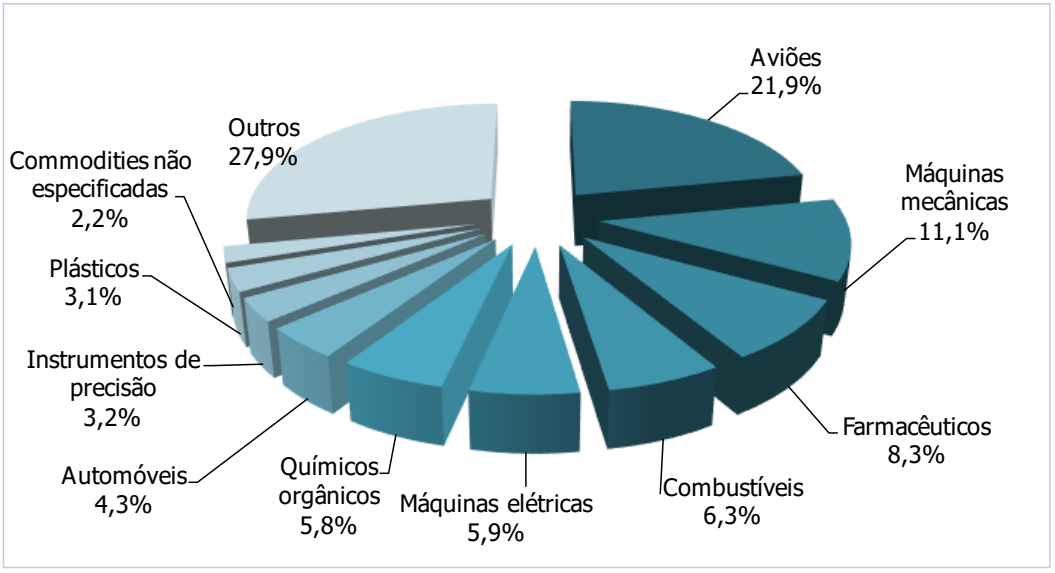


Composição das importações da Irlanda
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Aviões	21,57	21,9%
Máquinas mecânicas	10,91	11,1%
Farmacêuticos	8,21	8,3%
Combustíveis	6,18	6,3%
Máquinas elétricas	5,84	5,9%
Químicos orgânicos	5,69	5,8%
Automóveis	4,25	4,3%
Instrumentos de precisão	3,13	3,2%
Plásticos	3,04	3,1%
Commodities não especificadas	2,15	2,2%
Subtotal	**70,98**	**72,1%**
Outros	**27,52**	**27,9%**
Total	**98,50**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

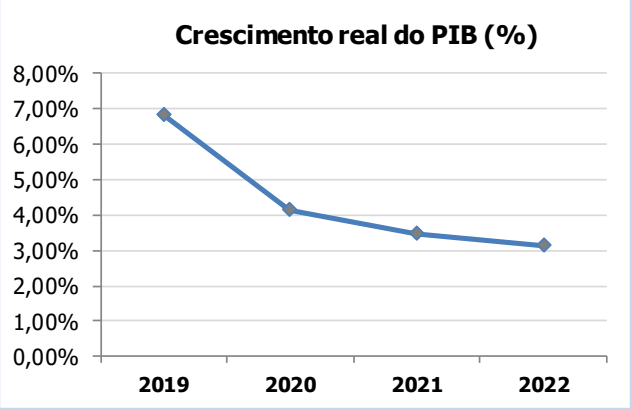
10 principais grupos de produtos importados

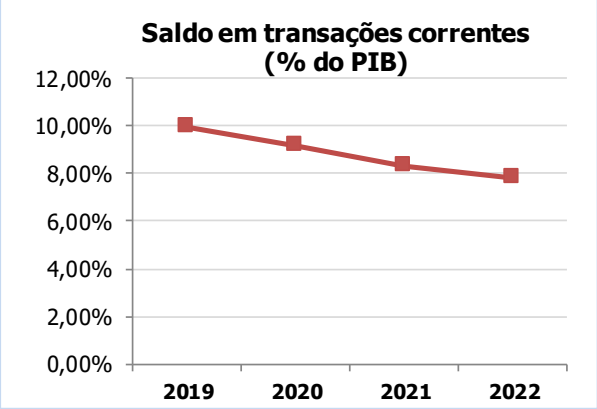


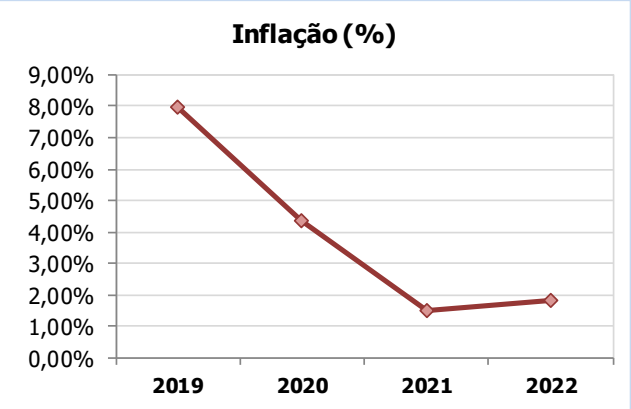
Principais indicadores socioeconômicos da Irlanda

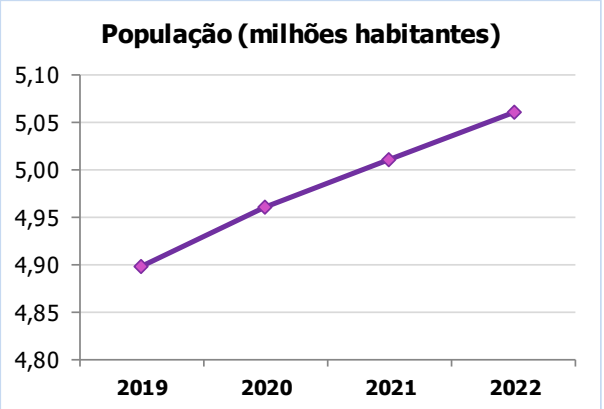
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	6,81%	4,15%	3,45%	3,13%
PIB nominal (US$ bilhões)	372,70	381,57	405,19	428,08
PIB nominal "per capita" (US$)	76.099	76.911	80.862	84.586
População (milhões habitantes)	4,90	4,96	5,01	5,06
Desemprego (%)	5,69%	5,34%	5,04%	5,01%
Inflação (%)(2)	7,98%	4,34%	1,50%	1,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	9,99%	9,14%	8,30%	7,78%
Dívida externa (US$ bilhões)	n.d	n.d	n.d	n.d
Câmbio (US$:€)(2)	1,12	1,10	1,12	1,17

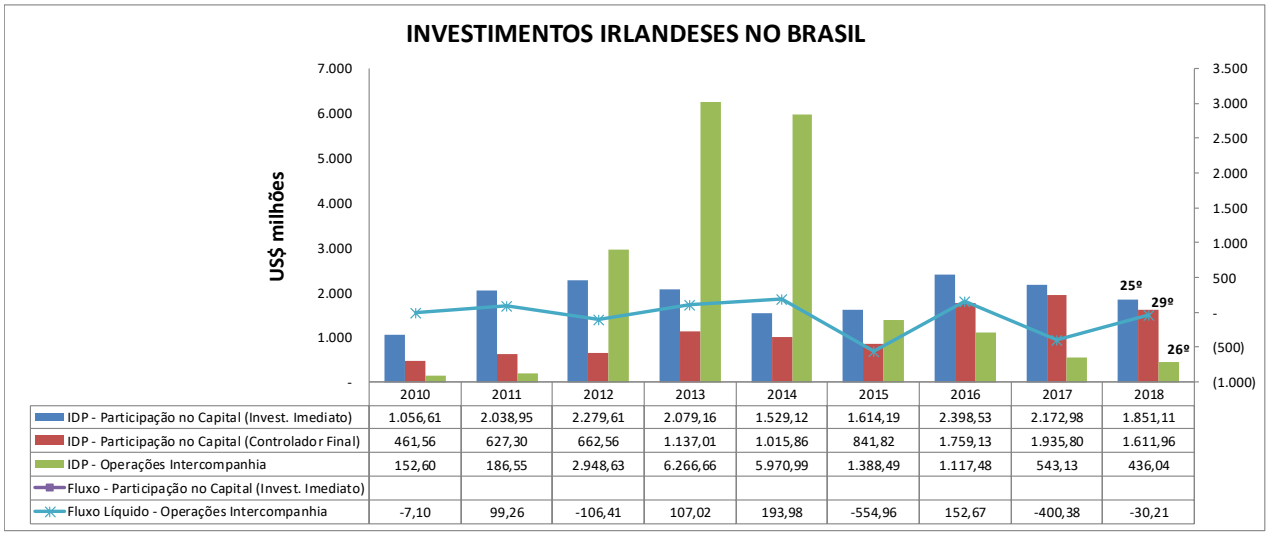
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020
(n.d.) Dado não disponível.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.





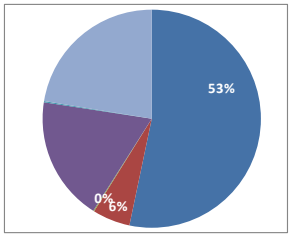






	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)	1.056,61	2.038,95	2.279,61	2.079,16	1.529,12	1.614,19	2.398,53	2.172,98	1.851,11
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	461,56	627,30	662,56	1.137,01	1.015,86	841,82	1.759,13	1.935,80	1.611,96
IDP - Operações Intercompanhia	152,60	186,55	2.948,63	6.266,66	5.970,99	1.388,49	1.117,48	543,13	436,04
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)									
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	-7,10	99,26	-106,41	107,02	193,98	-554,96	152,67	-400,38	-30,21

Setor de atividade econômica *(Estoque 2018 - US$ milhões)*	Invest. Imediato	Control. Final
C - Indústrias de Transformação	1.103,77	**859,00**
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	72,02	**89,84**
H - Transporte, Armazenagem e Correio	2,27	**2,27**
J - Informação e Comunicação	325,03	**296,76**
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	241,54	**2,83**
L - Atividades Imobiliárias	17,63	**0,08**
Outros	88,86	**361,19**



IDP - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	**2010**	**2015**
Investidor Imediato	51	92
Controlador Final	42	67

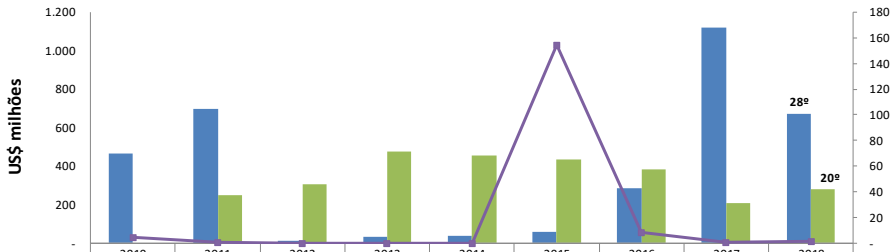
Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

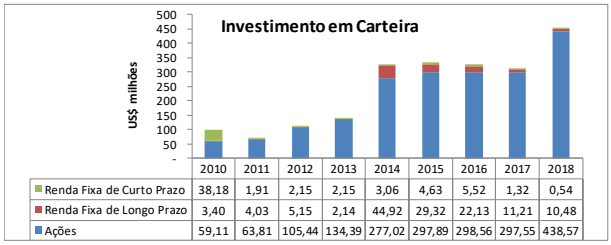
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DPIND/MRE

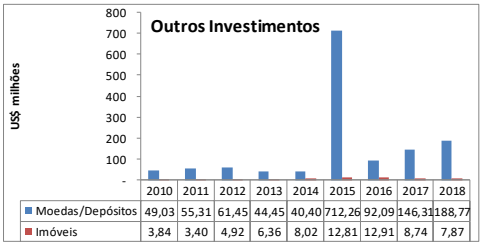
INVESTIMENTOS BRASILEIROS NA IRLANDA



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)	466,24	698,26	10,25	33,62	39,80	58,89	285,83	1.120,37	672,71
IBD - Operações Intercompanhia	-	251,29	307,60	476,05	452,75	432,71	383,50	208,80	280,26
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	4,33	0,47	0,25	0,16	-	154,57	8,53	0,84	1,74

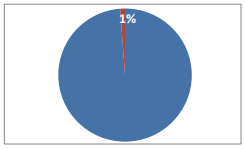


	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Renda Fixa de Curto Prazo	38,18	1,91	2,15	2,15	3,06	4,63	5,52	1,32	0,54
Renda Fixa de Longo Prazo	3,40	4,03	5,15	2,14	44,92	29,32	22,13	11,21	10,48
Ações	59,11	63,81	105,44	134,39	277,02	297,89	298,56	297,55	438,57



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Moedas/Depósitos	49,03	55,31	61,45	44,45	40,40	712,26	92,09	146,31	188,77
Imóveis	3,84	3,40	4,92	6,36	8,02	12,81	12,91	8,74	7,87

IBD - Setor de atividade econômica *(2017 - US$ milhões)*	
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	664,85
L - Atividades Imobiliárias	7,87
Outros	-



IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2010	**2015**
11	26

Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;

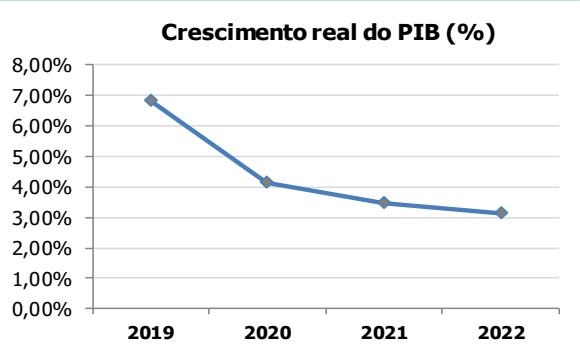
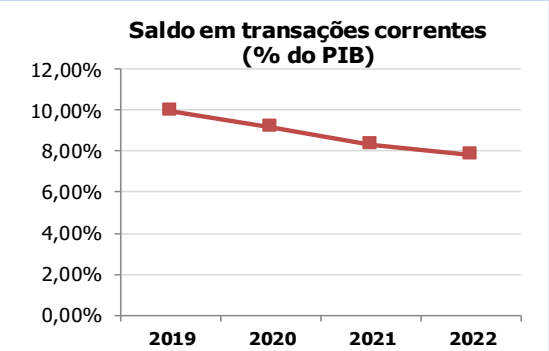
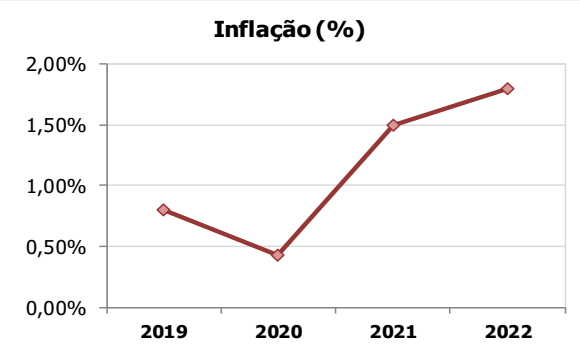
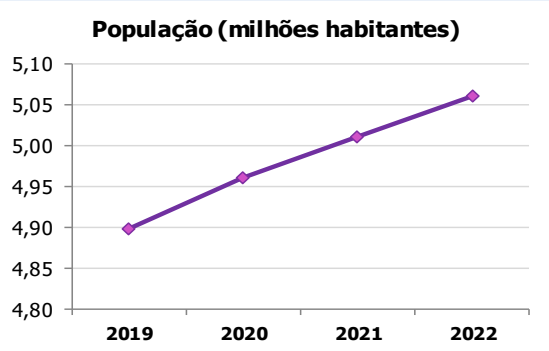
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DIPIND/MRE

Principais indicadores socioeconômicos da Irlanda

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	6,81%	4,15%	3,45%	3,13%
PIB nominal (US$ bilhões)	372,70	381,57	405,19	428,08
PIB nominal "per capita" (US$)	76.098	76.911	80.862	84.585
PIB PPP (US$ bilhões)	70.031	71.999	73.744	75.296
PIB PPP "per capita" (US$)	78.784	82.439	86.200	89.843
População (milhões habitantes)	4,90	4,96	5,01	5,06
Desemprego (%)	5,69%	5,34%	5,04%	5,01%
Inflação (%)(2)	0,80%	0,43%	1,50%	1,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	9,99%	9,14%	8,30%	7,78%
Câmbio (US$/€)(2)	1,12	1,13	1,18	1,23
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		1,2%		
Indústria		38,6%		
Serviços		60,2%		

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report October 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.